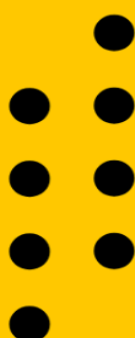




DEMOCRACIA EM RISCO

**INFORMES
TEMÁTICOS
2023**



O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2023, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

O Informe Temático aqui apresentado, "Democracia em risco", foi elaborado por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2023

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Abrahão Henrique Alves de Lima

Alberto Machado Santos

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Geremias Dias dos Santos de
Carvalho

Giovani Nunes de Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Grazielly Dourado Santos

Isabelle Costa

Manuela de Jesus Brasil

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). NASCIMENTO, A. M. A.; RODRIGUES, A. T.;
CARVALHO, B. R.; LUCENA, J. F.; TAVARES, L. C.; MORI, P. A. G.; FELIX, S. C.
Democracia em risco. Informe Temático 2023. Observatório Brasileiro de Defesa e
Forças Armadas, 2024.

DEMOCRACIA EM RISCO

Alice Maria Amaral do Nascimento
Ana Teresa Rodrigues
Brenda Rodrigues de Carvalho
Juliana Ferreira Lucena
Lauren Carrinho Tavares
Pedro Alberto Gatti Mori
Sofia Castelo Felix

Graduandos de Relações Internacionais
EPPEN-UNIFESP

O ano de 2023, iniciado com manifestações bolsonaristas contra o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República e, com isso, a invasão da Praça dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro, foi marcado por tentativas de restauração da força da democracia brasileira. O novo governo tinha em mãos um pesado trabalho que envolvia não só a retomada de projetos sociais e de uma economia estável, mas também a recuperação da credibilidade na figura do presidente, que, no passado, havia sido alvo de uma operação que o acusava de corrupção, isto é, a Operação Lava Jato. Lula, que já entrou no governo enfrentando desafios para subir a rampa do Palácio do Planalto e assumir o cargo de Chefe de Estado, precisou articular uma contraofensiva aos ataques de 8 de janeiro. Ataques que em muito definiram os rumos da tentativa de retomada da democracia brasileira, até então ameaçada pelas diversas figuras militares presentes no Executivo durante os quatro anos em que Jair Messias Bolsonaro (PL) esteve no poder, bem como pelos pedidos populares de intervenção do Exército no Estado. Neste informe, retratamos tais acontecimentos a partir do levantamento de material publicado por três jornais de grande circulação no Brasil: Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

O 8 de Janeiro e a Contraofensiva de Lula

O mês de janeiro de 2023 foi marcado pelas discussões em torno do atentado à Praça dos Três Poderes por manifestantes bolsonaristas que se recusavam a

aceitar o resultado das eleições. As atitudes dos eleitores, apoiadas por outras figuras políticas de direita que também eram contra o retorno de Lula à presidência, como é o

caso da deputada Carla Zambelli (PL), e as falas destes pedindo por intervenções militares trouxeram à tona o que já se temia: a democracia brasileira, após quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022) e diversas situações de politização militar, estava amplamente enfraquecida.



Atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ao fim do mês, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou, em contrapartida à opinião dos que pediam por uma ação mais enérgica das forças armadas na política, que a democracia brasileira não necessita de tutela dos militares. O ministro comentou ainda que deve existir uma separação entre política e militares, completando que os envolvidos no 8 de janeiro deveriam ser responsabilizados.

Dando início à contraofensiva do governo federal em 31 de janeiro houve a publicação, no Diário Oficial da União, da nomeação de 122 militares para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), os quais iriam atuar na Secretaria de Segurança e Coordenação

Presidencial – nesse caso, estariam responsáveis pela segurança de Lula. Tal nomeação não necessariamente indicaria uma desmilitarização, mas sim uma substituição, visto que 84 militares foram exonerados, em especial aqueles que eram próximos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, iniciaram-se alguns movimentos políticos para alteração do artigo 142 da Constituição Federal, o qual autoriza o uso das forças armadas a garantir a lei e a ordem e é constantemente distorcido para alegar que os militares podem fazer intervenções no país. No mais, entre os dias 18 e 19 de fevereiro, revogou-se o sigilo de 100 anos sobre o processo administrativo do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, que havia participado de ato político com Bolsonaro e permanecido isento de punição. O ministro da Controladoria Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, comentou que a Lei de Acesso à Informação (LAI) também se aplica aos militares.

No primeiro dia de março de 2023, o comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, reforçou uma orientação de 2021 que dita que os militares não podem ter perfis em redes sociais que contenham identificação de sua função e patente militar, de modo que opiniões expressadas individualmente por militares não sejam entendidas como

posicionamento da instituição. Pouco tempo depois, a Marinha emitiu um comunicado aos seus membros dando um prazo de 90 dias para que os militares da ativa filiados a partidos políticos solicitassem sua desfiliação, do contrário, caberiam medidas disciplinares. O comunicado foi dado no mesmo dia em que o Presidente da República se encontrou com lideranças da Marinha Brasileira.

Outras ações importantes foram a decisão de Lula de transferir a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) do GSI para a Casa Civil, pasta ligada ao presidente da República, com a intenção de desmilitarizar a ABIN; e a proposta do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, para barrar militares da ativa de assumirem cargos civis.

A transição para o mês de abril foi tomada por novas investidas na ofensiva de Lula para desassociar as forças armadas da política de Bolsonaro. Lula participou de uma reunião com os oficiais-gerais do Exército no dia 4 de abril de 2023, além de outros dois eventos, incluindo um almoço com o Alto Comando das Forças no dia 19. Ademais, promessas de investimentos na indústria de defesa, afastamentos de generais apoiadores de Bolsonaro e de militares de cargos comissionados também compuseram o leque de ações de Lula no mês.



Brasília, 19/04/2023. Presidente Lula participa de cerimônia comemorativa do Dia do Exército. Foto: Agência Brasil.

Ainda, desde 10 de abril, deputados estavam buscando assinaturas para a chamada “PEC Pazuello”, que tem a finalidade de impedir que militares atuem em cargos civis, limitar as operações da garantia da Lei e da ordem e encerrar as leituras golpistas da Constituição. Além disso, o ministro da Defesa propôs incorporar à PEC uma minuta que favorece o afastamento dos militares ativos da força caso eles queiram assumir cargo no Executivo ou disputar eleições.

O que é a PEC Pazuello?

Projeto de emenda constitucional que tinha como principal objetivo barrar militares da ativa de serem ministros, que recebeu esse nome por causa do ex-ministro da saúde e general do exército Eduardo Pazuello, pois ele assumiu o ministério enquanto exercia o cargo militar. A ideia é acrescentar ao artigo 37 da constituição federal impondo que o militar se afaste da atividade de serviço antes de integrar algum cargo civil público.

Também em abril houve um retorno de discussões sobre a situação do GSI, pois seu então chefe, general Marco Edson Gonçalves Dias, foi revelado em gravação suspeita do dia 8 de janeiro, no Palácio do Planalto. Entre um novo ministro civil para desmilitarizar o GSI e a nomeação de um militar, o governo escolheu a segunda opção, com a nomeação do general Marcos Antônio Amaro. Lula continuou na linha mais cautelosa nos meses seguintes. A recusa do PT em convocar uma Conferência Nacional de Defesa no final de julho mostrava que o presidente estava privilegiando uma relação amistosa com os militares. Ainda assim, ao final de agosto, Lula optou por comemorações despolitizadas do 7 de setembro, em contraste com os quatro anos anteriores.



Brasília, 07/09/2013. Presidente Lula no desfile de 7 de setembro. Foto de Ricardo Suckert veiculada pela Agência Brasil

Enquanto Lula parecia apenas seguir a via “amigável”, no dia 30 de agosto de 2023, uma PEC endossada pelo PT que queria impedir militares da ativa de assumir cargos civis foi derrotada.

Lula sofreu com discordâncias dentro de seu próprio governo, com personagens como José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, que considerava a medida “discriminatória”. Por fim, nos meses finais de 2023, o governo Lula apenas reciclou as pautas que já haviam sido criadas no começo do ano, como as afirmações ao longo do mês de setembro da submissão das forças armadas perante o poder Executivo e novas menções à PEC Pazuello em outubro.

Tramas Golpistas: desvendando intenções e envolvimento do governo Bolsonaro

Nos últimos anos, a estabilidade democrática do Brasil tem sido amplamente debatida e testada. Analisando o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), observam-se vínculos próximos com as forças armadas, os quais geraram preocupações sobre a integridade das instituições democráticas brasileiras considerando o histórico ditatorial militar brasileiro ainda muito recente. Dito isso, nota-se o surgimento de diversas denúncias e investigações que apontam para possíveis envolvimento e intenções em ações de cunho golpista.

Em fevereiro de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) protocolou ação civil pública contra a União

em razão da celebração oficial do 7 de setembro de 2022 ter sido utilizada por Bolsonaro para fins eleitorais. Entre os problemas apontados estava a transferência, a pedido de Bolsonaro, do local das festividades no Rio de Janeiro para Copacabana, um bairro conhecido pelo cotidiano de apoiadores do ex-presidente. A única medida de não-politização das forças armadas no evento, segundo o MPF, foi não haver microfones no palco dos militares. Em caso de condenação na ação, o MPF solicita que a União peça desculpas de forma pública e cerimonial, com participação de Jair Bolsonaro e dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, e que sejam identificados os responsáveis pela mudança do evento, além da abertura de procedimentos disciplinares.

Entre os meses de fevereiro e março foi divulgado um áudio gravado de forma escondida em uma reunião do Comando Militar do Sudeste do dia 18 de janeiro de 2023 em que o comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, afirmou que o ex-presidente Bolsonaro havia interferido nas forças armadas em diversos momentos, criando desgaste nos quartéis. Na avaliação do general Tomás, só o comandante do Exército, que costumava ficar quatro anos na função, foi mudado três vezes por conta de intervenções de Jair Bolsonaro. O comandante finalizou dizendo que não havia nenhuma

certeza acerca de irregularidades nas eleições gerais de 2022, mesmo que o resultado tenha sido indesejado “para a maioria de nós”, como o próprio colocou.

Continuando no mês de março, foi comentado a respeito da gravação de Tomás, em que o áudio serviria para aumentar o desagrado entre os soldados, por ser classificado como “politicagem” visto que gravar uma reunião secretamente seria uma clara quebra de hierarquia nas forças armadas.

Ainda em março, foi descoberto que Bolsonaro concedeu diversos benefícios aos militares, tanto em sua ascensão quanto durante sua queda, em especial ao general Walter Souza Braga Netto. Este, que foi ministro da Defesa de Bolsonaro e vice na chapa de reeleição derrotada, teve seu nome cogitado pelo Partido Liberal como um possível candidato à prefeitura do Rio de Janeiro.

Em junho, a Polícia Federal (PF) encontrou no celular de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, um documento que facilitaria um golpe de Estado, colocando a democracia em risco. O documento em questão, supostamente escondido na residência do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, foi identificado como um rascunho de decreto operacional de garantia da Lei da ordem. Dessa forma, ele seria usado para permitir a

convocação das forças armadas pelo ex-presidente “em caso de esgotamento das tropas de segurança em graves perturbações”. Mauro Cid estava preso preventivamente desde maio de 2023 em razão de suspeitas de sua participação na falsificação dos cartões de vacina de Bolsonaro, familiares e assessores.

Ainda em junho, vieram à tona mensagens de outubro de 2022 entre Mauro Cid e Jean Lawand Júnior — coronel da artilharia do exército. Elas mostravam um plano de oito etapas para um golpe militar no Brasil, que derrubaria o STF com base no artigo 142 da Constituição e um suposto “poder moderador” das forças armadas. O Exército respondeu a esse vazamento de mensagens, tentando desviar a culpa de si ao dizer que a instituição militar é apartidária e respeita a Constituição. Bolsonaro, por sua vez, tentou apontar para o seu “não envolvimento direto nas mensagens”. O comandante do Exército, Tomás Paiva, ainda tomou medidas para impedir que Lawand assumisse cargo diplomático nos Estados Unidos por conta de seu envolvimento na conspiração.

Além disso, foi revelado que, em 2017, o major Fabiano da Silva Carvalho, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), consultou o jurista Ives Gandra Martins sobre o cumprimento da “garantia dos poderes constitucionais” pelas

Forças Armadas. A pesquisa do major foi utilizada para atualizar o manual de segurança integrada do Exército. Recentemente, a PF encontrou esses documentos no celular do tenente-coronel Mauro Cid, levantando suspeitas de que Cid e seus colegas buscavam justificar um golpe de Estado para impedir a posse do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A PF investigou se a pesquisa foi usada para legitimar a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Em 27 de junho de 2023, o ministro Benedito Gonçalves, relator no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), votou pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro até 2030, alegando abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. A decisão foi baseada em eventos como a reunião de Bolsonaro com embaixadores estrangeiros em 18 de julho de 2022, na qual atacou o sistema de votação e as urnas eletrônicas. Gonçalves destacou o papel das forças armadas na estratégia de Bolsonaro para confrontar o TSE, caracterizando essa relação como um “flerte perigoso e nada discreto com o golpismo”.

A investigação da Polícia Federal também revelou que Bolsonaro estava sendo acusado de incitar ‘novos atos de insurgência civil’. A inclusão de Bolsonaro na investigação sobre a intentona de 8 de janeiro foi solicitada pelo subprocurador-geral Carlos

Frederico Santos, com base em uma representação de 80 procuradores. Bolsonaro teve que responder sobre mensagens encontradas no celular do ex-capitão Ailton Barros, que sugeriam acampar em Brasília até que os ministros do STF deixassem seus cargos. Bolsonaro negou qualquer envolvimento em planos golpistas e afirmou desconhecer as orientações de Cid para Barros.

Em 13 de julho de 2023, o ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento à Polícia Federal e negou qualquer ligação golpista com o senador Marcos do Val. Bolsonaro afirmou ter encontrado Do Val apenas uma vez e não fazia sentido articular um golpe com ele. Bolsonaro também criticou a prisão de Mauro Cid, chamando-a de um “ato contra o Estado Democrático de Direito” e referindo-se a Cid como um “filho”.

Tais eventos que compõem essa extensa investigação indicam uma crescente tensão entre as autoridades brasileiras e o ex-presidente Bolsonaro, com investigações sobre alegações de tentativa de golpe e abuso de poder, bem como as implicações dessas ações para as forças armadas e no sistema político do país.

No começo de agosto, houve a passagem do tenente-coronel Mauro Cid na CPI do 8 de Janeiro, pela atuação no ato e o

envolvimento das forças armadas também em episódios anteriores – como nas eleições de 2022. Pouco tempo antes, Mauro Cid havia sido notícia pelo recebimento errado de e-mails referentes às viagens do presidente Lula, mesmo sem prestar função auxiliar dentro do novo governo.

Ademais, no fim de setembro, Mauro Cid teve sua delação premiada divulgada. O tenente-coronel relatou à PF uma consulta realizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro às forças armadas após sua derrota nas eleições de 2022, com o tema sendo um decreto para a convocação de novas eleições presidenciais. É lembrado à época que, previamente, o ex-presidente havia feito uma campanha de desconfiança contra as urnas eletrônicas, que levou ao ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da época, Luís Roberto Barroso, a colocar as forças armadas como entidade fiscalizadora da eleição. A ação foi desfeita pelo atual ministro do TSE, Alexandre de Moraes, que limitou a função das forças armadas em suas atribuições legais e constitucionais de apoio logístico e de segurança às eleições.

No mesmo contexto, no começo de novembro, o TSE declarou a inelegibilidade do general da reserva Walter Braga Netto. Ex-candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, em o general é investigado por sua atuação na

intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018, e por seus possíveis vínculos com os planos golpistas, tendo seu sigilo telemático quebrado. A decisão do TSE afetou as perspectivas políticas de Braga Netto, que estava cotado para concorrer à prefeitura do Rio de Janeiro. A inelegibilidade do general levou Bolsonaro a considerar Alexandre Ramagem como possível substituto, acentuando a desintegração das relações entre o ex-presidente e seus aliados militares.

Militares e opiniões: a presença armada no cenário político

O ano de 2023, retorno de Lula ao cargo de Presidente da República, contou com numerosos materiais jornalísticos acerca do tema da democracia em risco. Conforme os fatos descritos anteriormente, foi um ano marcado por investigações de atos com intenções anti-democráticas e golpistas, a maioria associada ao agora ex-presidente Jair Bolsonaro, com clara ênfase na instituição das forças armadas e no papel que os militares cumpriram no governo de 2019 a 2022.

Ao serem analisados os editoriais publicados por três grandes veículos – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense –, percebe-se que há uma preocupação destes em abordar a participação de militares

da ativa no governo. O Correio Braziliense discutiu em uma de suas publicações, no mês de setembro, a correlação entre o governo de Bolsonaro e a maior presença de militares no Ministério da Defesa, que anteriormente sofria declínio desde 1999, ano de sua criação. O jornal destacou a omissão do Congresso Nacional em fiscalizar o papel das forças armadas e da defesa nacional perante a sociedade. A Folha de S. Paulo, indiretamente, acrescentou que "Ninguém entende nada do assunto. O Congresso não assume seus deveres, e as elites não querem saber dessa discussão".

A argumentação neste tópico, independentemente do jornal, sempre inclina-se para a menção à Constituição e, mais precisamente, ao artigo 142, responsável por estabelecer quais seriam as funções das Forças Armadas dentro do Estado Democrático de Direito. Ademais, a Folha de S. Paulo trouxe, no aniversário de 35 anos da Constituição de 1988 em outubro, a perspectiva de que os valores nela concretizados estariam sendo ameaçados, realidade demonstrada através de dados sobre o crescimento da população carcerária e o número de homicídios cometidos em solo brasileiro.

É evidente o descontentamento dos veículos de informação mencionados acerca dos atos de agressão à democracia. Inclusive, com críticas acerca da falta de ação

do governo Lula em relação aos documentos de cunho golpista encontrados no celular de Mauro Cid, fato comentado em uma coluna opinativa de Hélio Schwartsman publicada na Folha de S. Paulo. Em seu texto, o jornalista afirma não acreditar que Lula irá se esforçar para resolver o problema em sua essência, e explica que tal postura contribui para a normalização do golpismo militar no Brasil.

O Correio Braziliense destacou o impacto das investigações de possíveis atividades golpistas. O jornal também refletiu sobre o 35º aniversário da Constituição Federal, enfatizando tanto os avanços que o Brasil conquistou em termos de direitos humanos e democracia quanto às deficiências persistentes. A abordagem do Correio Braziliense mostra um interesse em contextualizar os eventos atuais dentro de um panorama histórico mais amplo, evidenciando a importância da Carta Magna para a construção democrática do país e a necessidade de reconhecer e corrigir suas lacunas.

A Folha de S. Paulo, por sua vez, ofereceu uma análise crítica detalhada, especialmente sobre o papel das Forças Armadas e as recentes investigações. O jornal abordou como militares da ativa e da reserva contribuíram para a instabilidade política, com um foco particular em como esses grupos influenciam o debate público e podem ter facilitado práticas

antidemocráticas durante o governo de Jair Bolsonaro. Além disso, a Folha celebrou o aniversário da Constituição com uma análise crítica, destacando a necessidade de um compromisso renovado com seus valores e a importância de uma liderança ética e moral. A abordagem da Folha de S. Paulo reflete uma preocupação com a integridade das instituições democráticas e um chamado para reformas que possam fortalecer a adesão aos princípios constitucionais.

O Estado de S. Paulo apresentou um enfoque equilibrado, reconhecendo os avanços proporcionados pela Constituição Federal enquanto também abordava suas deficiências. O jornal comemorou os 35 anos da Constituição destacando os progressos alcançados, mas também apontou para as áreas onde o país ainda enfrenta desafios. A análise sobre a Constituição foi acompanhada por uma cobertura crítica das investigações em andamento, oferecendo uma perspectiva que combina reconhecimento dos marcos históricos com uma reflexão sobre os problemas atuais.

Por fim, faz-se notar o quanto repetitivamente os três jornais, no decorrer do ano, retomam atualizações do lento progresso de formulação de uma Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que regulariza a participação de militares da ativa em funções

governamentais. Lembra-se, inclusive, do apoio que Tomás Paiva, comandante do Exército, demonstrou ao longo de diversos discursos em 2023 - definido como um dos muitos esforços para afastar a imagem militar do recente histórico controverso de proximidade com Jair Bolsonaro. Conclui-se, que os materiais jornalísticos assumem posições parecidas ao fundamentar-se no que está escrito no documento constitucional, e que suas opiniões denunciam a distância entre ele e a realidade atual brasileira enquanto culpabilizam a falta de vontade política daqueles que estão no poder. Trata-se do tema "democracia em risco" com muita profundidade, por mais que seja possível notar uma tentativa de isentar os militares do seu próprio envolvimento em assuntos civis.

Democracia brasileira: tanto falhar até que cai

O tema abordado neste informe pode ser analisado de forma mais ampla quando se tem em mente o processo de transição democrática ocorrido ainda nos anos 1980 em países da América Latina que vivenciaram regimes militares, como é o caso do Brasil, que viveu uma ditadura militar entre 1964 e 1985.

De forma geral, o processo de democratização pode ser dividido

em três etapas principais: a transição, a consolidação democrática, e a democracia consolidada. Na primeira etapa, há uma redução gradual da intervenção militar na política, enquanto a segunda diz respeito à definição, pelo poder civil, da política de segurança e defesa. Na última, verifica-se a consolidação da neutralidade política dos militares e o estabelecimento do firme controle civil sobre os militares.

No caso brasileiro, o processo de eliminação da autonomia militar é vagaroso e, considerando que a transição foi realizada de forma "lenta, gradual e segura", não houve um pacto civil efetivo para a não utilização das forças armadas em questões políticas logo nas primeiras etapas da transição. As consequências disso podem ser observadas ao longo do governo de Bolsonaro (2019-2022) e também nos fatos expostos neste informe, ocorridos em 2023. Destacam-se, entre esses fatos, a minuta golpista e o emprego de militares em atividades partidárias e eleitoreiras do ex-presidente. Essencialmente, a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 e os desenrolares das investigações dos planejamentos golpistas são resultados de um longo e tortuoso processo de transição do regime militar.

No ano de 2023, os esforços do governo Lula por despolitizar as forças armadas e as investigações

das ações antidemocráticas perpetuadas por elas mostram as consequências do envolvimento militar na política.

Nesse sentido, ao ler editoriais e colunas opinativas de jornais que por vezes possuem uma postura enviesada do assunto, como visto anteriormente, é necessário que se tenha em mente o papel primário das Forças Armadas, e o porquê de sua participação política ser um afronta à democracia – como percebido no caso da participação de Pazuello na motocicleta do então presidente Jair Bolsonaro em 2021.

Por fim, cabe mencionar um editorial do O Estado de S. Paulo publicado em 2023, no qual o jornal aponta a recessão democrática que ocorreu na América Latina no período recente. Tal assunto foi discutido com base em pesquisa realizada pela organização Latinobarómetro em 17 países da região, que indica que apenas 48% de seus cidadãos consideram a democracia como um modelo preferível à via autoritária. No Brasil especificamente, a pesquisa mostra que 46% é favorável à via democrática, mas houve um aumento de dois pontos percentuais no que se refere à preferência pela alternativa autoritária. O cenário alarmante tem ligação direta com os acontecimentos recentes e revelam que a politização das forças armadas em uma democracia é a semente plantada para a sua autodestruição.

Para saber mais

[Cinco ex-ministros da Defesa lançam nota apoiando 'PEC Pazuello' para barrar militares](#), episódio do podcast “Passando a Limpo”.

[O estado das relações civis-militares no Brasil : um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa \(2007-2011\)](#), trabalho de mestrado de Anaís Passos Medeiros.

[Democracia em Vertigem](#), documentário disponível na Netflix.